



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, com foco na estruturação, implementação, monitoramento e prestação de contas de ações esportivas que possibilitem ao Município de São Geraldo a captação de recursos por meio do ICMS Esportivo (instituído pela Lei Estadual nº 18.030/2009) e das Leis de Incentivo ao Esporte, sendo elas: a Lei Federal nº 11.438/2006 e a Lei Estadual nº 20.824/2013. A atuação da empresa contratada deverá abranger o suporte completo aos processos administrativos, técnicos e operacionais relacionados aos mecanismos de fomento ao esporte, com vistas à maximização da arrecadação e à legalidade na gestão dos recursos públicos destinados à área esportiva. As especificações dos serviços encontram-se detalhadas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em políticas públicas esportivas, com foco no ICMS Esportivo (conforme deliberação SEESP vigente) e nas leis de incentivo ao esporte (federal e estadual), incluindo: análise documental, capacitação da equipe técnica e das entidades esportivas locais, elaboração de relatórios, acompanhamento técnico mensal, suporte completo na captação de recursos e no planejamento estratégico das ações. Os serviços também contemplam a realização de visitas presenciais a cada 15 dias, carga horária de 8 horas de trabalho contínuo e atendimento remoto especializado, disponibilizado cinco vezes por semana por meio de canais digitais (e-mail, telefone e aplicativo de mensagem). A vigência contratual será de 12 meses, com foco no fortalecimento institucional na polícia esportiva municipal e na ampliação dos resultados financeiros por meio das legislações vigentes.	MÊS	12	R\$3.181,66	R\$38.179,80
Valor total da contratação: R\$ 38.179,80 (trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e oitenta centavos).					

Descrição detalhada dos serviços referentes ao ICMS Esportivo:

- Apoio técnico contínuo para a **habilitação anual do município ao ICMS Esportivo**, incluindo a orientação e suporte em todas as fases do processo: cadastro, lançamento de ações, comprovação documental, acompanhamento de prazos e envio das informações no sistema da SEDESE/MG;
- Planejamento e execução de ações voltadas à **pontuação nos critérios do ICMS Esportivo**, com foco na ampliação do número de modalidades, beneficiários e regularidade das atividades;
- **Orientação e organização do Conselho Municipal de Esporte**, com foco na reestruturação, regularidade documental e funcionamento conforme exigido pelas normativas vigentes;
- **Elaboração de relatórios técnicos, planos de ação e documentos comprobatórios** para fins de prestação



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



de contas junto ao Governo do Estado de Minas Gerais;

- Apoio no **monitoramento da pontuação e elaboração de recursos administrativos**, em caso de divergências na análise técnica por parte da SEDESE/MG;
- **Mapeamento de oportunidades** nas Leis de Incentivo ao Esporte – federal e estadual – com a identificação de projetos aptos a captação, análise de viabilidade técnica e orientação quanto à estruturação;
- **Elaboração, submissão e acompanhamento de projetos** junto às Leis de Incentivo, incluindo ajustes conforme exigências técnicas e legais, apoio na captação e orientações para execução;
- Treinamento e capacitação da equipe da Secretaria Municipal de Esportes e/ou entidades envolvidas, com realização de **até dois cursos ou oficinas técnicas** ao longo do período contratual, com carga horária de até 6 horas cada;
- **Assessoria presencial com, no mínimo, duas visitas mensais de 8 horas cada**, para planejamento, diagnóstico, acompanhamento das ações e entrega dos documentos exigidos;
- **Atendimento remoto contínuo** por e-mail, telefone, WhatsApp ou plataformas digitais, conforme demanda da equipe municipal;
- Entrega de **relatórios mensais** de acompanhamento das atividades realizadas, incluindo metas, resultados, orientações e encaminhamentos;
- Ao final do exercício, entrega de **1 (uma) via digital e 1 (uma) via impressa** de todos os documentos comprobatórios organizados por critério, ação e sistema, prontos para eventual auditoria e arquivamento;
- **Revisão da pontuação provisória** divulgada pelo Estado no âmbito do ICMS Esportivo, com elaboração dos recursos administrativos cabíveis, caso necessário;
- Toda a execução deverá seguir as diretrizes da **Lei nº 18.030/2009**, das respectivas **Portarias e Resoluções da SEDESE/MG**, bem como as normativas atualizadas das **Leis de Incentivo ao Esporte nas esferas federal e estadual**.

A partir da publicação da pontuação provisória obtida pelo município em referência ao Ano Base 2025 no âmbito do ICMS Esportivo, caberá à empresa contratada revisar os dados lançados, confrontar os critérios avaliados e, se necessário, elaborar e protocolar recursos administrativos fundamentados, dentro do prazo estabelecido pela SEDESE/MG, visando à correção da pontuação atribuída.

A seleção da empresa será realizada por meio de licitação, adotando o critério de **menor preço global**, observando-se a qualificação técnica dos profissionais indicados.

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, **prorrogável** na forma do artigo 107 da **Lei nº 14.133/2021**.

O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços ficarão a cargo do **gestor e fiscal do contrato**, conforme designação formal da Administração Municipal.

A empresa contratada deverá apresentar **relatórios periódicos** detalhando as ações executadas, os resultados alcançados e as próximas etapas, de acordo com as demandas repassadas pela Secretaria Municipal de Esportes ou setor responsável.

A contratante se reserva no direito de aplicar as **sanções contratuais cabíveis** em caso de descumprimento das obrigações legais e contratuais por parte da empresa contratada, inclusive com **bloqueio de pagamento** até que se comprove a regularidade das obrigações trabalhistas da contratada perante seus funcionários.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de profissionalizar e potencializar a gestão das políticas públicas esportivas no município de São Geraldo, com foco na captação de recursos através do ICMS Esportivo, instituído pela Lei Estadual nº 18.030/2009, bem como por meio das Leis de Incentivo ao Esporte, Lei Federal nº 11.438/2006 e Lei Estadual nº 20.824/2013.

A prestação de serviços especializados visa atender às exigências técnicas, operacionais e legais para a correta



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



habilitação do município no ICMS Esportivo e para a estruturação de projetos incentivados, otimizando o uso de recursos públicos e privados destinados ao setor esportivo.

A execução dessas ações requer domínio sobre normativas específicas, sistemas eletrônicos, prazos e procedimentos de comprovação e prestação de contas, sendo necessária a atuação de equipe com conhecimento técnico aprofundado.

A contratação está pautada na busca pela eficiência administrativa, segurança jurídica e ampliação da arrecadação vinculada às políticas esportivas, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução contempla a contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria e assessoria técnica ao Município de São Geraldo durante todo o ciclo de planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas das ações voltadas à habilitação e pontuação no ICMS Esportivo, bem como à estruturação, submissão e acompanhamento de projetos esportivos nas Leis de Incentivo ao Esporte.

A atuação da empresa deverá abranger:

- A elaboração de diagnóstico inicial da situação do município em relação às exigências normativas dos mecanismos de fomento ao esporte;
- O planejamento técnico das ações anuais a serem desenvolvidas, com foco na pontuação do ICMS Esportivo e no enquadramento de projetos nas Leis de Incentivo;
- A execução assistida dessas ações, com orientações contínuas à equipe da Secretaria Municipal de Esportes e/ou demais setores envolvidos;
- A organização documental, produção de relatórios, inserção de informações em plataformas digitais e suporte nas demandas junto aos órgãos responsáveis;
- O acompanhamento dos resultados e das avaliações emitidas pelos entes gestores, com a elaboração de recursos administrativos, caso necessário;
- A entrega dos produtos finais em formatos físico e digital, assegurando a conformidade com as normativas vigentes;
- A realização de treinamentos técnicos com foco na capacitação da equipe local, visando à autonomia progressiva da gestão esportiva municipal.

A solução contempla, ainda, suporte técnico presencial e remoto ao longo de toda a vigência contratual, assegurando o cumprimento dos prazos legais, a eficácia na utilização dos recursos públicos e a qualificação da política pública de esporte em São Geraldo.

4. REQUISITOS DA

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social serão observados conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, priorizando práticas que promovam o uso racional de recursos e a valorização da política pública esportiva como instrumento de desenvolvimento social.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não será necessária a realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, por se tratar de objeto técnico e de natureza consultiva, cuja execução ocorrerá de forma híbrida (presencial e remota), conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração. O início será considerado conforme as regras abaixo:

- a) Envio por e-mail: contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio da ordem de serviço;
- b) Entrega pessoal: no mesmo dia do recebimento da ordem de serviço;
- c) Envio postal: no dia do recebimento da correspondência.

5.2. A prestação do serviço ocorrerá de forma contínua, com caráter **técnico e consultivo**, incluindo:

- Reuniões técnicas e operacionais para planejamento e monitoramento das ações;
- Apoio na elaboração e análise de documentos comprobatórios;
- Suporte técnico à equipe da Secretaria Municipal de Esportes;
- Atendimento remoto e presencial conforme descrito neste Termo.

5.3. A **execução ocorrerá de forma híbrida**, combinando:

- **Assessoria presencial**, com **no mínimo 2 (duas) visitas mensais**, com duração de até 6 (seis) horas cada, para planejamento, acompanhamento, levantamento de dados e conferência documental;
- **Assessoria remota e contínua**, por meio de e-mail, WhatsApp, telefone e plataformas digitais, conforme demanda e cronograma ajustado com o setor responsável.

5.4. A contratada deverá desenvolver atividades técnicas associadas aos seguintes eixos:

- Diagnóstico da situação atual do município no ICMS Esportivo e nas Leis de Incentivo;
- Planejamento estratégico das ações esportivas municipais;
- Estruturação e alimentação do sistema do ICMS Esportivo (SEDESE);
- Elaboração e revisão de documentos comprobatórios e relatórios técnicos;
- Submissão e acompanhamento de projetos nas plataformas das Leis de Incentivo ao Esporte (federal e estadual);
- Suporte à captação de recursos, execução e prestação de contas;
- Preparação de recursos administrativos, caso necessário, em resposta às avaliações técnicas dos órgãos competentes.

5.5. A contratada também será responsável por **realizar 2 (dois) treinamentos técnicos**, com carga horária de até 8 (oito) horas cada, voltados à capacitação da equipe municipal e/ou entidades esportivas parceiras.

5.6. Todas as despesas necessárias para a realização dos serviços, como salários, tributos, deslocamentos, seguros e encargos, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

5.7. Em caso de impossibilidade de cumprimento da carga horária presencial, o fato deverá ser comunicado formalmente ao setor responsável pelo e-mail, justificando o ocorrido.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.8. O não cumprimento das condições previstas poderá acarretar sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal em apostila contratual.

6.3. Todas as comunicações entre a Administração Pública e a empresa contratada deverão ser formalizadas por escrito, inclusive por meios eletrônicos, desde que assegurada a integridade, autenticidade e rastreabilidade das informações.

6.4. O órgão contratante poderá convocar representantes da empresa contratada a qualquer momento para reuniões presenciais ou virtuais, com o objetivo de alinhar providências e ajustes imediatos na execução do objeto.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá realizar **reunião inicial de alinhamento**, com a apresentação do plano de fiscalização, as obrigações contratuais, os critérios de avaliação e os instrumentos de controle da execução.

6.6. O histórico da execução do contrato deverá ser registrado pelo gestor do contrato, com acompanhamento sistemático das entregas, avaliações, sanções (se houver) e demais ocorrências relevantes.

6.7. O modelo de gestão deverá assegurar:

- O cumprimento das metas e prazos estabelecidos no cronograma de execução;
- O monitoramento da qualidade dos serviços prestados;
- A adequada interlocução entre a empresa contratada e a equipe da Secretaria Municipal de Esportes;
- A verificação contínua da regularidade da contratada perante os órgãos fiscalizadores;
- A adoção de medidas preventivas e corretivas quando necessário, garantindo a boa execução do objeto contratual.

7. Preposto

7.1. A empresa contratada deverá designar formalmente um preposto para representá-la durante toda a execução do contrato, devendo essa designação ocorrer antes do início da prestação dos serviços. O preposto será responsável pela interlocução com o gestor e os fiscais do contrato, atuando como representante da contratada para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto, repassar informações, atender às convocações e acompanhar a realização das atividades previstas.

A indicação do preposto deverá ser formalizada por meio de documento assinado pelo responsável legal da empresa, contendo nome completo, função, contatos e declaração expressa dos poderes e responsabilidades atribuídas. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição do preposto, mediante justificativa formal, caso identifique conduta inadequada, ineficiência ou qualquer impedimento para o exercício da função.

8. Fiscalização

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização poderá ser exercida de forma técnica, administrativa ou setorial, de acordo com a natureza da atividade e as competências de cada agente público nomeado. Compete aos fiscais acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, registrar ocorrências, solicitar ajustes e adotar providências necessárias para garantir a boa execução dos serviços.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



As comunicações entre a contratada e os fiscais deverão ocorrer preferencialmente por escrito, podendo utilizar meios eletrônicos oficiais do Município. Toda ocorrência relevante será registrada no histórico de gerenciamento do contrato, e as ações corretivas eventualmente necessárias deverão ser comunicadas ao gestor do contrato para deliberação e encaminhamento. A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, cabendo-lhe responder integralmente por falhas, omissões ou descumprimentos.

9. Fiscalização Técnica

- 9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

10. Fiscalização Administrativa

- 10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 10.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual, que poderá ser exercida concomitante pelo fiscal administrativo e técnico, obedecendo as seguintes rotinas elaboradas pelos agentes públicos nomeados.

11. Gestor do Contrato

- 11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto ficará a cargo da Divisão de Esportes e Lazer, que irá comunicar ao setor de compras qualquer intercorrência no processo, caso não haja, a contratada deverá encaminhar a nota fiscal ao setor de compras, através do e-mail, compras@saogeraldo.mg.gov.br.

12.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

12.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2. O boletim de abastecimento deverá ser encaminhado ao fiscal responsável subsequente à prestação de serviço.

12.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios elaborados pelos agentes fiscalizadores.

13. Do recebimento

13.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2022).

13.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

13.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

13.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 06 (seis) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



pagamento.

13.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14. Liquidação

14.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 14.1.1. o prazo de validade;
- 14.1.2. a data da emissão;
- 14.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 14.1.5. o valor a pagar; e
- 14.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. Prazo de pagamento

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Art.36 DECRETO Nº 388/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 e também dos artigos: 40 inciso I; Art.49; Art.92 incisos V, VI; Art.141 e seus incisos e parágrafos e por fim Art. 146 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, além de levarem em consideração a LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



DE 1964.

15.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como parâmetro de correção monetária.

16. Forma de pagamento

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação federal e municipal aplicável.

16.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. Antecipação de pagamento

17.1. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total, por não demonstrarem condição indispensável a obtenção do objeto/prestação de serviço, conforme previsão no art. 145 da Lei nº 14.133 de 2021. Cessão de crédito

17.2. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

17.2.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

17.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

17.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

17.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

17.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



responsabilidade do contratado.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 75, II da lei federal 14.133/2021.

18.2. Deverá ser apresentada planilha de custos juntamente com as propostas, conforme modelo disposto no Anexo II.

18.3. A planilha mencionada no item acima deve ser apresentada pelas licitantes vencedoras devidamente readequadas, seguindo o modelo fornecido, e com a referência dos custos de acordo com o objeto especificado. É importante que as licitantes vencedoras ajustem a planilha de acordo com as necessidades específicas do objeto em questão, garantindo assim a correta avaliação dos custos relacionados.

Regime de execução

18.4. O regime de execução do contrato será usual.

Exigências de habilitação

18.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

18.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

18.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

18.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Qualificação Técnica

18.23. Apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços relacionados aos mecanismos de incentivos fiscais ao esporte, tais como o ICMS Esportivo e as Leis de Incentivo ao Esporte. Os atestados devem ser emitidos, em papel timbrado, devidamente assinados e devem conter a descrição detalhada das atividades realizadas, a identificação da entidade emitente, o período de execução do serviço e dados que permitam a verificação da autenticidade do documento. Os atestados poderão ser complementares entre si, desde que, somados, comprovem a experiência em todas as atividades descritas no escopo desta contratação.

18.24. Apresentar certificados de capacitação de referente ao ICMS Esportivo e a Lei de Incentivo ao Esporte, conforme diretrizes do Observatório do Esporte da Subsecretaria de Esportes de Minas Gerais.

18.25. Apresentar profissional devidamente registrado em seu respectivo Conselho de Classe, sendo aceitos registros no Conselho Regional de Educação Física, Administração, Contabilidade, Direito ou Gestão Pública, conforme a natureza da formação e as exigências legais aplicáveis à execução do objeto.

18.26. Comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos na atuação com o ICMS Esportivo e com as Leis de Incentivo ao Esporte.

Os documentos apresentados poderão ser objeto de verificação posterior por meio de diligência, a critério da Administração, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de esclarecer dúvidas ou complementar a instrução do processo, assegurando a transparência e a regularidade da contratação. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica,



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação está disposto na pesquisa de preço consolidado, juntada aos autos do processo, evidenciando os custos unitários em moeda funcional.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

20.1.1. A contratação será atendida pela dotação orçamentária disposta pela Contabilidade do Município, ao qual deverá observar a Lei Orçamentária Anual e as disposições pertinentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/00) e na Lei nº 14.133 (Estatuto das Licitações).

20.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. Das alterações posteriores

21.1. O disposto neste instrumento poderá ser ajustado em Edital, desde que, manifestadamente comprovado a melhoria na execução contratual e desde que, não se altere o escopo do objeto/prestação de serviço.

21.1.1. O disposto em cláusula anterior não exime de comunicação e prévia autorização da autoridade competente ou do setor requisitante.

São Geraldo/MG, 01 de agosto de 2025.

ENNAN LUCAS DE OLIVEIRA BARBA

Gerente de Esportes

Gestor do Contrato e responsável pela solicitação